11/09/2019 CEPS / UFPA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS

EDITAL Nº 3B/2019 COPERPS UFPA

PROCESSO SELETIVO ESPECIAL - PSE 2020-1 (QUILOMBOLAS)

## FICHA DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO



INSCRIÇÃO: 580430
NOME: FRANCIELE JOICE ASSUNÇÃO BRITO
RG: 8133170
DEFERIDO (Preencher completamente um dos campos abaixo; não marcar com x):
Sim
Não 🗌
— Observações
Avaliador 1  Félix Amader de Deus.  Avaliador 2
Belém <u>, l</u> 8 de SET de 20 <u>l</u> 9.

<u>VOLTAR</u>



## ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DE CALADOS CNPJ. 06.942.755/0001-91

ENDEREÇO: CALADOS - BAIÃO/PARÁ - CEP: 68.465-000 - FONE: (91) 3607-2024

## DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO

As lideranças comunitárias abaixo identificadas, do Quilombo ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE CALADOS – AMORCC, localizada, na Zona Rural, no Município de Baião, Estado do Pará, CEP 68465-000. DECLARAM, para os devidos fins de direito que FRANCIELE JOICE ASSUNÇÃO BRITO portadora do RG nº 8133170 órgão expedidor PCIVIL e do CPF nº 046.980.502-19, nascida em 22/03/1996, é quilombola pertencente ao QUILOMBO DE CALADOS, onde reside e mantem laços familiares, econômicos, sociais e culturais com a referida comunidade. Declaram ainda, que são lideranças reconhecidas da Comunidade de Calados onde reside o quilombola mencionado acima.

Por ser a expressão da verdade, afirmamos a presente declaração, em obediência ao Art. 299\*\* e do Art.171\* do Código Penal.

GETÚLIO DIAS DA SILVA MEDEIROS (PRESIDENTE)

RG nº 4286324 CPF nº 689.005,202-10

ROSALY FERREIRA MOREIRA (1º SECRETÁRIA)

RG nº 3473135 CPF nº 670.668.362-00

Maria de Lourdes Leite Medeuros MARIA DE LOURDES LEITE MEDEIROS (2º TESOUREIRA) RG nº 1367924 CPF nº 402.291.812-87

Pena – Reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é publico, reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

<sup>\*</sup>Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artificio, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento. Pena – Reclusão, de um a cinco anos, e multa.

<sup>\*\*</sup>Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante: